

(N)A PRODUÇÃO DA ESCRITA ACADÊMICA: UM GESTO DE INTERPRETAÇÃO E AUTORIA¹

Daniela GIORGENON²

Lucília Maria Abrahão e SOUSA³

Thaís de Araujo da COSTA⁴

Vanise Gomes de MEDEIROS⁵

Resumo: Neste artigo, à luz da Análise de Discurso, cujos nomes de referência são Michel Pêcheux (2009), na França, e Eni P. Orlandi (2007), no Brasil, propomo-nos a refletir sobre dois aspectos constitutivos do processo de produção da escrita acadêmica: o gesto de interpretação-autoria (idem, ibidem) do sujeito pesquisador-analista diante de seu objeto de estudo e o movimento pendular (PETRI, 2013) entre teoria e análise na construção do dispositivo teórico-metodológico (ORLANDI, op.cit.).

Palavras-chave: Escrita acadêmica. Autoria. Discurso.

Résumé: Dans cet article, à la lumière de l'Analyse du Discours, dont les noms principales sont Michel Pêcheux (2009), en France, et Eni P. Orlandi (2007), au Brésil, nous nous proposons de réfléchir sur deux aspects qui constituent le processus de production de l'écriture académique: le geste d'interprétation-auteur (idem, ibidem) du sujet chercheur-

¹ Uma versão resumida deste artigo foi apresentada por Daniela Giorgenon e Thaís de Araujo da Costa no “Colloque thématique de chercheurs brésiliens: L'écriture dans la Recherche”, realizado em Paris em 6 de junho de 2015, pela Associação dos Pesquisadores e Estudantes Brasileiros na França (APEB-FR).

² Doutoranda em Psicologia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (FFCLRP/USP). Bolsista CAPES/PDSE – Processo BEX010793/14-3, cursando estágio doutoral na Université Paris XIII. Membro do Laboratório Discursivo E-I@dis. E-mail: danielagiorgenon@gmail.com.

³ Doutora em Psicologia e Livre-docente em Ciência da Informação e Documentação pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (FFCLRP/USP). Docente na mesma Universidade em nível de graduação e pós-graduação. Coordena o Laboratório Discursivo E-I@dis. E-mail: luciliamsr@uol.com.br

⁴ Doutoranda em Estudos da Linguagem pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Bolsista CAPES/PDSE – Processo BEX002457/2015-06, cursando estágio doutoral na Université Sorbonne Nouvelle-Paris III. Membro do Laboratório Arquivos do Sujeito (LAS). E-mail: araujo_thais@yahoo.com.br.

⁵ Doutora em Letras pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Pós-Doutora pela Université Sorbonne Nouvelle-Paris III. Professora adjunta da Universidade Federal Fluminense (UFF). Coordena o Laboratório Arquivos do Sujeito (LAS). E-mail: vanisegm@yahoo.com.br

analyste avant son objet d'étude et le "mouvement de la pendule" (PETRI, 2013) entre la théorie et l'analyse dans la construction du dispositif théorique- méthodologique (ORLANDI, op.cit.).

Mots clés: *Écriture académique. Auteur. Discours.*

Introdução

Qual Penélope tecendo e desfazendo os pontos de uma narrativa de esperas, as tramas dos fios discursivos apertam e afrouxam sentidos possíveis para o sujeito que pesponta, costura e remenda; ainda que sabendo (ou a saber) que ele nunca verá o tapete pronto. Ainda que a imagem do tapete seja apenas um pretexto para continuar a silenciar, a deixar os dedos correrem na falha do ponto (e da letra) que nunca se escreverá, pois não pode ser arrematado(a). Ainda que no desnudamento do risco, apareça a grafia do autor.
(ROMÃO; PACÍFICO, 2005, p. 135)

As considerações que aqui apresentaremos são frutos dos nossos percursos teórico-acadêmicos em Análise de Discurso, mais especificamente naquela que tem como referência os estudos desenvolvidos por Michel Pêcheux (2009) e Eni P. Orlandi (2007c). Assim, embora tenham objetos de análise distintos, nossas pesquisas têm em comum o lugar teórico em que se inscrevem, lugar teórico este que atravessa e constitui, portanto, o nosso olhar enquanto pesquisadoras, os nossos objetos de estudo e, conseqüentemente, as nossas escritas. É, pois, à reflexão sobre o funcionamento desse gesto de interpretação-autoria procedido pelo sujeito-pesquisador quando da sua inscrição num determinado campo teórico, mais especificamente daquele apreendido pelo sujeito-pesquisador-analista de discurso, que nos dedicaremos neste artigo. Antes, no entanto, faremos um breve mapeamento sobre as condições de produção da Análise de Discurso na França e no Brasil.

A Análise de Discurso na França e no Brasil

Na década de 60 do século XX, emerge, dentre os numerosos estudos sobre o discurso, a Análise de Discurso (doravante AD) formulada por Michel Pêcheux (1938-1983). Foi na conjuntura de ebulição teórica e política, na França, na referida década, que o filósofo francês se lançou à elaboração dessa nova disciplina a partir da articulação de três regiões do

conhecimento científico, a saber: 1) materialismo histórico, abarcando a teoria das ideologias e, acentuadamente, a releitura da obra de Marx por Althusser; 2) linguística, principalmente no que diz respeito aos estudos de Saussure e aos impasses nesse/desse campo; 3) teoria do discurso, em destaque conceitos também trabalhados por Foucault, como o de formação discursiva, que foram reterritorializados no campo teórico da AD. Essas três regiões do conhecimento científico são ainda atravessadas por uma teoria da subjetividade (de natureza psicanalítica) (PÊCHEUX; FUCHS, 1993), advinda sobretudo da releitura da obra de Freud por Lacan, o que possibilitou ao campo das ciências humanas o deslocamento da noção de “sujeito cognitivo, epistêmico, ‘mestre em seu domínio’ e estratégico em seus atos [...]” (PÊCHEUX, 2011, p. 230) para a noção de sujeito à linguagem, ao inconsciente, e, como acrescenta Pêcheux, atravessado pela ideologia.

Como aponta Malidier (1990), a articulação das três regiões e o atravessamento psicanalítico foram continuamente amadurecidos, explicitados e retificados ao longo da produção de M. Pêcheux. Ou seja, no campo aberto pelo fundador, ele não recuou às tensões de trabalhar com regiões distintas. Tensões que são inerentes ao “discurso”, objeto de sua teoria, o qual é concebido como “efeito de sentidos entre interlocutores” (PÊCHEUX, 2010a, p. 81) e, nas palavras de Plon (2012, p. 24), a partir de sua leitura da obra de Pêcheux, como “[...] uma produção presa nas contradições da língua [...]” que remete “a lugares ou posições [...] em uma formação social dada e, portanto, ao conjunto de discursos possíveis” (PLON, 2012, p. 24). Trabalhando com as interseções e as diferenças entre as regiões que constituem a AD, Pêcheux (2009b, p. 270) tomou, então, em toda sua obra “[...] partido *pelo* fogo de um trabalho crítico [...]” e elaborou uma teoria que tem contornos próprios, não sem deixar de mobilizar as suas inter/secções.

É no final dos anos 70, como destacam Baldini e Zoppi-Fontana (2013), que, através dos trabalhos de Eni P. Orlandi, a AD chega ao Brasil. O processo de institucionalização e disciplinarização brasileira da AD iniciou-se na década de 80, quando, por iniciativa dessa pesquisadora, tornou-se, na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), nos cursos de Graduação em Letras e Linguística, disciplina obrigatória e constituiu-se, no âmbito da Pós-graduação em Linguística, enquanto linha teórica. Com isso, abriram-se as portas para o desenvolvimento de dissertações de mestrado e de teses de doutorado e, conseqüentemente, para a formação de várias gerações de pesquisadores atuantes tanto em instituições de ensino superior nacionais quanto estrangeiras.

A transferência (ORLANDI; GUIMARÃES, 2001) do lugar de produção da França para o Brasil promoveu, em função das distintas condições de produção, alguns deslocamentos necessários para que a teoria se desenvolvesse e conquistasse seu espaço nas universidades brasileiras. Conforme Baldini e Zoppi-Fontana (op. cit.), a AD pecheuxteana encontrou no Brasil um lugar de ampla repercussão e difusão, caracterizado pela exploração e descrição de *corpora* de naturezas diversas e pelo desenvolvimento de reflexões que contribuíram e contribuem significativamente para o seu avanço.

Assim sendo, devemos considerar o trabalho desenvolvido no Brasil não somente em termos de deslocamentos, mas também, como pontua Orlandi (2005), em termos do retorno produzido sobre o trabalho desenvolvido na França. Trata-se, pois, não de uma mera reprodução teórica, mas de um trabalho de (re)leitura que funciona à semelhança de uma via de mão dupla (BALDINI; ZOPPI-FONTANA, 2005) em que efeitos são produzidos de ambos os lados. Sob esse aspecto, M. Pêcheux é concebido não como um precursor da teoria, mas como um interlocutor (ORLANDI, 2005), já que é a partir das diversas leituras depreendidas de seus textos que se constroem as reflexões/contribuições teóricas no espaço de circulação brasileiro.

Como diz Orlandi: “Não estacionamos a análise de discurso no que ela era há 25 anos. No Brasil ela seguiu em frente” (2005, p. 14). E seguiu em frente, diferentemente do que ocorre na França, mantendo Pêcheux e o grupo de pesquisadores que, a seu lado, fundou esse campo disciplinar entre os anos de 1966 e 1983 como referência, como filiação teórica, enfim, como memória. Na França, como nos explica a autora, a prática dos que hoje “se autodenominam analistas de discurso da escola francesa e que atualmente institucionalizam a prática do que chamam análise de discurso” (idem, p. 15) não 'coincide' com o que fora postulado por Pêcheux e seu grupo. Ao contrário, muitas vezes os seus estudos são tomados “como algo anacrônico, fixado no tempo” (idem, p. 14), o que para Orlandi é significado como uma certa dificuldade dos franceses em relação a essa história – dificuldade esta que demonstra, a seu ver, “que eles incompreendem o movimento de idéias que se inaugurou com Pêcheux, o campo de questões que se abriu na história da reflexão sobre a linguagem” (idem, ibidem). Apesar disso, como esclarece a autora, fundamentos dessa filiação teórica sobrevivem em pesquisadores que, embora sejam por esta afetados, não se incluem no domínio do que atualmente é chamado de análise de discurso da escola francesa.

Marcando os efeitos de um tempo histórico nas condições de produção da AD no Brasil, Scherer, Sousa, Medeiros e Petri (2014) apontam o que chamam de condições favoráveis para a produção dos estudos discursivos no Brasil e elencam três momentos políticos. Um primeiro momento se dá a partir do retorno ao Brasil de pesquisadores brasileiros que na década de 60 viveram fora do país tanto para complementar a formação acadêmica quanto para sobreviver à ditadura militar. As autoras afirmam que o retorno destes pesquisadores, nas décadas de 70 e 80, impulsionou a disciplinarização dos estudos sobre o discurso e que, principalmente no final da década de 80, a abertura política possibilitou que o pensamento pecheuxteano ganhasse “[...] inscrição e corpo institucionais com o trabalho de Eni Orlandi [...]” (ibidem, p. 23).

Foi, como pontuam as autoras, “[...] em condições históricas marcadas pelo impedimento de dizer sobre língua e discurso e pela impossibilidade de teorizar sobre sujeito e ideologia [...]” (ibidem, p. 23) e – acrescentamos – também por movimentos de resistência que, pautados na metáfora e na polissemia, faziam frente a esse impedimento, que a AD reverberou no Brasil. Abordando questões do lado francês nessa mesma época, Scherer, Sousa, Medeiros e Petri (ibidem) assinalam, como uma possível causa do declínio da produção nos estudos pecheuxteanos, o fato de que esta teoria, nada apaziguadora, poderia produzir “[...] fissuras na ordem vigente [...]” (p. 21), na medida em que poderia colocar em questão a vida administrativa das instituições e um Estado de bem-estar social, o qual propiciou uma calma após a efervescência política do fim da década de 60 no referido país.

Os outros dois grandes momentos da política brasileira destacados pelas autoras são: 1) nos anos 80, os movimentos para as eleições diretas para a presidência da República, ao mesmo tempo em que predominava um desejo de que a esquerda chegasse ao poder – à semelhança do que ocorrera na mesma época na França com a eleição de François Mitterand – ; e, 2) atualmente, as manifestações sociais que levaram a população às ruas em 2013 e – acrescentamos – em 2014 e em 2015, nas quais mudanças políticas são reivindicadas numa tensão de vozes. A teoria pecheuxteana, conforme estas autoras, “[...] joga areia nas engrenagens óbvias, fazendo furos no que estava semanticamente estabilizado como único modo de dizer” (p. 26), daí ter encontrado e ainda encontrar em nosso contexto sócio-histórico solo fértil para o seu desenvolvimento e difusão.

Em função disso, como colocam Baldini e Zoppi-Fontana (2013, p. 5), o Brasil é hoje tomado como “um dos países em que mais se desenvolvem, com vitalidade e originalidade,

estudos no campo da Análise de Discurso, especificamente no enfoque filiado aos trabalhos de Michel Pêcheux”, constituindo-se hoje como o centro de irradiação de conhecimento científico em AD. Tal desenvolvimento se dá, principalmente, através de quatro laboratórios, distribuídos por quatro universidades brasileiras, quais sejam: Labeurb-UNICAMP, LAS-UFF, E-1@dis-FFCLRP-USP e *Corpus-UFSM*⁶, mas também em diversos outros Estados e universidades do país.

Enfatizamos, por fim, que o gesto autoral pecheuxteano atravessa e constitui o gesto autoral dos analistas de discurso brasileiros que não cessam de, diante de seu objeto, interrogar sobre os efeitos de sentidos possíveis, promovendo, assim, o desenvolvimento do campo teórico. Na próxima seção, passaremos a discorrer sobre esse gesto autoral produzido pelo sujeito-pesquisador-analista de discurso diante de seu objeto.

Interpretação, gesto de interpretação e autoria

Orlandi (2007b), retomando Pêcheux (2009a), pontua que, embora a noção de interpretação aparente ser transparente, ela na verdade possui muitas e diferentes definições. Segundo a autora, na maioria das teorias, o ato de interpretar é tomado como uma evidência, como se o sentido a ser interpretado só pudesse ser um. Assim, a partir da constatação desse sentido que se encontra em circulação no senso comum, Orlandi (ibidem) destaca a presença da interpretação no exercício particularmente das ciências humanas, mas também no de todas as ciências de um modo geral, e afirma a sua importância para a produção de sentido e, portanto, para toda e qualquer produção de linguagem.

Conforme a reflexão tecida pela autora, existem diferentes possibilidades de leitura, diferentes gestos de interpretação produzidos de lugares distintos diante de um mesmo objeto, os quais, por vezes, podem ser não só diferentes, como também contraditórios. Foi a partir dessa constatação que Pêcheux (2010b, p. 51) propusera, pensando a prática científica da leitura de arquivo, que se realizasse, em vez de uma leitura literal, uma leitura interpretativa que permitisse a reconstrução da história dos gestos de leitura subjacentes quando da sua construção e apreensão dos documentos que o constituem.

⁶ Situados, respectivamente, em Campinas-SP, Niterói-RJ, Ribeirão Preto-SP e Santa Maria-RS.

Nesse modo interpretativo de ler proposto pelo autor, as evidências práticas que organizam as leituras espontâneas ou literais são reconhecidas e marcadas, de modo que se construa “um *espaço polêmico das maneiras de ler*” (idem, *ibidem*), através do qual se pode apreender o “trabalho da memória histórica em perpétuo confronto consigo mesma” (idem, *ibidem*, p. 51). É, pois, este gesto de leitura interpretativo que visa, a partir de procedimentos analíticos, expor “o olhar-leitor a níveis opacos à ação estratégica de um sujeito” (PÊCHEUX, 2011, p. 291), de forma que seja possível apreender no intradiscorso – plano da formulação – os efeitos de sentido decorrentes do atravessamento deste pelo interdiscorso – plano da constituição, memória do dizer⁷ – que entendemos por fazer *Análise de Discurso*.

Considerando a proposta de Pêcheux (2010b), Orlandi (2007b) estabelece a distinção entre dois gestos de interpretação: o do sujeito-analista e o do sujeito comum. A interpretação do sujeito comum sustenta-se em um Dispositivo Ideológico que produz o efeito de evidência dos sentidos, negando “a interpretação no momento mesmo em que ela se dá” (*ibidem*, p. 84). Já o gesto de interpretação do analista se sustenta num Dispositivo Analítico. Ambos os gestos de interpretação estão, portanto, determinados pelos dispositivos com os quais se relacionam e que os constituem, com a diferença de que, no primeiro caso, ao interpretar, o sujeito passa por um processo de apagamento da alteridade, isto é, da historicidade dos sujeitos e dos sentidos, que cria a ilusão de evidência, ao passo que, no segundo caso, em vez de se reproduzir tal ilusão, busca-se desnaturalizá-la, de modo que o sujeito desloca-se de seu lugar discursivo de sujeito comum afetado pela ideologia para o de analista, não se inscrevendo em *uma* formação discursiva (FD)⁸, mas entrando, nas palavras de Orlandi (*ibidem*, p. 85), “numa relação crítica com o complexo de formações”.

Isso não significa, contudo, que, enquanto analista, o sujeito assumira um posicionamento neutro em relação à produção de sentidos. Conforme destaca a autora, “não só ele está sempre afetado pela interpretação, como um dispositivo analítico marca uma posição

⁷ Para muitos analistas de discurso, o interdiscorso é um grande arquivo de tudo aquilo que (não) foi dito. Nas palavras de Pêcheux (2011, p. 149), ao falarmos de interdiscorso, estamos nos referindo ao fato de que “algo fala (*ça parle*) sempre ‘antes, em outro lugar e independentemente’”. É nesse sentido que ele é definido por Orlandi (2007c, p. 31) como um saber discursivo que consiste em condição para todo e qualquer dizer, uma memória de dizeres a partir da qual o sujeito significa o mundo e a si mesmo.

⁸As FDs são regiões de produção de sentido constitutivamente heterogêneas que comportam em seu interior diferentes posições discursivas, as quais, por sua vez, se relacionam de formas distintas com a forma-sujeito que organiza a FD e, por conseguinte, com a ideologia.

em relação a outras” (idem, ibidem, loc. cit.). Inscrevermo-nos no lugar de onde falamos, isto é, a nossa filiação ao campo teórico da AD, já significa, portanto, um dado posicionamento frente ao nosso objeto de estudo, uma maneira peculiar de o interpretar. Quando a autora afirma que espera que a mediação do dispositivo analítico proporcione um deslocamento que permita ao analista trabalhar as fronteiras das formações discursivas, ela se refere ao fato de que tal dispositivo permite a relativização da relação do sujeito com a interpretação, tornando efetivo o trabalho do analista com a opacidade da linguagem, com a sua não evidência.

E isto porque, da conjectura teórica da AD, concebe-se que há uma injunção à interpretação que faz com que o sujeito, seja analista ou não, diante de qualquer objeto simbólico, atribua-lhe sentido, o signifique. Esse movimento é, no entanto, apagado para o sujeito comum em decorrência das condições de produção, determinadas ideologicamente, que lhe evidenciam uns sentidos, em detrimento de outros. O sujeito-analista também está, pois, submetido a essa injunção, mas, diferentemente daquele, possui ferramentas para depreender a movimentação dos sentidos e as condições de produção em que se constituíram.

A AD pressupõe, portanto, a construção de um método que leva em consideração o posicionamento do sujeito quando da produção discursiva, inclusive na constituição e no recorte do *corpus* a ser analisado. Conforme Orlandi (2007c, p. 63), “decidir acerca do que faz parte do *corpus* já é decidir acerca de *propriedades discursivas*”, donde se conclui que a análise inicia-se já no momento de seleção dos materiais, os quais são organizados de acordo com a sua natureza e com a questão que o analista, constituído pela teoria, dirige a eles. Além disso, a AD leva em consideração também a posição do sujeito-analista que, atravessado pela ideologia, pelo efeito do recalque inconsciente, faz sua entrada de modo singular nas análises. Ou seja, ainda que se debruçando sobre o mesmo *corpus*, cada analista de discurso empreenderá uma leitura/interpretação peculiar, possibilitando a desnaturalização de uns sentidos postos como evidência e a depreensão de outros antes silenciados.

Por fim, cabe frisar que o gesto de interpretação procedido pelo sujeito-pesquisador é constitutivamente um gesto de autoria, tendo em vista que é necessário tanto registrar o conhecimento científico como divulgá-lo. Desse modo, a escrita acadêmica constitui-se como um produto desse gesto. Se há, como vimos, uma injunção à interpretação, a autoria, sob essa perspectiva, pode ser compreendida, tal como propõe Medeiros (2003), como uma injunção ao dizer, isto é, o sujeito é interpelado em sujeito-responsável por uma prática discursiva (dita científica) pela FD dominante e, com isso, é colocado e se coloca – visto que tem a ilusão de

ser o senhor do seu dizer – como autor.

A noção de autoria trabalhada do lugar da AD foi depreendida e deslocada a partir da proposta de Foucault (2007). Para a AD, assim como para Foucault (*ibidem*), o autor pode ser entendido como um “princípio de agrupamento do discurso, como unidade e origem de suas significações, como foco de sua coerência” (*ibidem*, p. 26), mas, distanciando-se da proposta deste, a autoria não se restringe a ocasiões especiais em que se dá uma enunciação original.

Em AD, existe autoria sempre que um sujeito se coloca (supõe estar) na origem do dizer, produzindo um texto com efeitos de unidade, coerência, não contradição e fim. Assim sendo, apesar de o autor não instaurar discursividade, como pressupõe a noção foucaultiana, ele produz um lugar de interpretação, em meio a outros lugares possíveis. É nesse sentido que Romão e Pacífico (2005, p. 134) consideram que o “princípio da autoria é o organizador da multiplicidade de sentidos latentes prestes a irromperem”, ao mesmo tempo em que constitui a forma de o sujeito criar efeitos de sentido. Em nossa perspectiva, portanto, a autoria é uma função exercida pelo sujeito discursivo que se caracteriza pela “produção de um gesto de interpretação” (ORLANDI, 2007b, p. 97), no qual o autor é colocado como o responsável pelo sentido do que diz, do que formula, significando-se e produzindo sentido de acordo com as determinações históricas a que está assujeitado. Trata-se, assim, de uma forma de se posicionar no interior de uma FD e desse modo se relacionar com os saberes nela organizados pela forma-sujeito.

O que caracteriza a autoria, portanto, é a maneira como o sujeito formula, isto é, os posicionamentos que assume quando do seu gesto de interpretação. Em outras palavras, conforme Orlandi, é no modo “como, naquilo que lhe faz sentido, ele faz sentido”, “como ele interpreta o que o interpreta” (*idem, ibidem, loc. cit.*), visto que se trata de uma interpelação, que podemos observar os diferentes posicionamentos do sujeito-autor no interior de uma das FDs presentes no universo discursivo.

Cabe aqui lembrar que, nesse universo, existe, de acordo com as condições de produção, ao lado de outras FDs, uma FD dominante, que se relaciona com aquelas de forma (in)tensa. A identificação a esta FD por parte do sujeito é imposta pela memória do dizer e se dá através da relação estabelecida entre este e os saberes organizados pela forma-sujeito. O sujeito, a partir da projeção do lugar por ele ocupado no discurso, pode e deve se relacionar com essa forma-sujeito e, portanto, com os saberes por ela organizados, como vimos, de diferentes formas, admitindo, com isso, no interior dessa FD diferentes posicionamentos. Mas,

como as fronteiras entre as FDs que constituem o universo discursivo são porosas, ao se subjetivar, os diferentes posicionamentos assumidos pelo sujeito e, por conseguinte, os saberes com os quais ele se identifica também podem estar filiados a outras FDs.

Entre a teoria e a análise: um movimento pendular

Outro aspecto que deve ser destacado no que diz respeito ao gesto de interpretação-autoria procedido pelo sujeito-pesquisador-analista de discurso diante de seu objeto de estudo diz respeito à relação estabelecida entre teoria e análise na construção do dispositivo teórico-metodológico. Petri (2013, p. 40) sinaliza que “o dispositivo teórico-metodológico da Análise do Discurso se constrói num movimento pendular entre teoria e análise”, numa cadência de vai e vem que é impulsionada pelos movimentos do analista ao contemplar a teoria e o *corpus*, até construir um dispositivo teórico e analítico. O método, portanto, não está dado *a priori*; ele é construído pelo sujeito-pesquisador-analista de discurso em função da leitura que faz de seu objeto e, nesse processo de construção, conforme aponta Mittmann (2007), diferentes caminhos podem ser percorridos, dependendo do recorte⁹ teórico-analítico delineado por aquele que empreende a pesquisa.

Destacamos, também com Mittmann (ibidem), que o recorte é conceituado como “teórico-analítico” e não somente “analítico” porque a análise que efetuamos parte de um quadro epistemológico definido e fundado por Pêcheux, constituído, como apontamos anteriormente, pelo enlace entre o linguístico e o histórico numa teoria do discurso que se deixa atravessar pela teoria psicanalítica e na qual comparece uma teorização sobre o discurso, e não uma mera descrição do texto. Pautados nesse enlace, podemos, na ordem da profundidade (ORLANDI, 2007c), proceder às análises do material bruto coletado e nele incidir (re)cortes, que já são um primeiro gesto de interpretação. Assim, para a constituição do dispositivo teórico-analítico, o sujeito-pesquisador-analista de discurso seleciona um campo de textos pertinentes ao estudo do objeto simbólico por ele elencado e, a partir desta seleção, delinea um campo discursivo, composto por teoria e gesto de interpretação, buscando

⁹ A palavra “recorte” está sendo aqui utilizada no sentido de delimitação e se filia ao conceito de “recorte” definido por Orlandi (1984, p. 16) como “[...] uma unidade discursiva [...] (p. 14), como fragmento de uma situação discursiva. “O recorte é naco, pedaço, fragmento. Não é segmento mensurável em sua linearidade”.

compreender os processos discursivos que constituem o recorte teórico-analítico por ele traçado (MITTMANN, op. cit.).

Porque o objeto de análise é um objeto teórico, podemos enfatizar “[...] que a teorização determina o procedimento metodológico, e ambos levam à constituição do *corpus*, o que significa dizer que o *corpus* não está dado, mas é construído pelo gesto do analista de ler, relacionar, recortar e, novamente, relacionar.[...]” (MITTMANN, op. cit., p. 1). E isso se dá, como bem apontado por Petri (2013), num movimento pendular, de ir e vir, entre teoria e análise, que a cada ida teórica alinhava o dispositivo analítico e a cada leitura/interpretação abre novas possibilidades de análise. Esta autora, à luz da metáfora do pêndulo e sua estrutura-funcionamento, afirma que, da inércia, do ponto zero deste objeto, passa-se ao movimento com a instalação do gesto de leitura do analista. Movimento imperfeito, posto que abarca a falta, a incompletude da linguagem, e que é construído na opacidade. Para ilustrar o movimento do sujeito-pesquisador-analista de discurso diante de seu objeto simbólico, a autora afirma ainda que, uma vez instalado o movimento pendular, é de sua natureza seguir basculando, cabendo ao analista a delimitação, um efeito de fim, que, enfim, não cessa à interpretação de outros leitores, outros analistas de discurso.

Ao trabalhar no referido movimento, o sujeito-pesquisador-analista de discurso dispõe de um dispositivo experimental que não se fixa no experimentalismo (PETRI, ibidem), pois na AD não há o que Orlandi (2007c) chama de “aplicação”, no sentido de uma verificação de sentidos pela teoria ou de uma constatação/refutação de algum dado discursivo. Fazer operar um dispositivo teórico e analítico, como propõe esta teoria, implica, portanto, segundo Mittmann (2007, p. 2), tecer uma leitura que se opõe, nas palavras de Pêcheux, a uma “normalização asséptica”, no sentido de que a rigidez não é cabível neste método, mas sim o rigor teórico e analítico permitido pelo trabalho de análise, o qual, como vimos, é indissociável do trabalho teórico.

Fundamentando o movimento pendular nos gestos de interpretação-autoria, encontramos na voz de Pêcheux (2009a) o apontamento de que não há um discurso científico puro. O que há são versões, são análises possíveis, sempre contornadas pelas condições de produção dos discursos, pelo afetamento ideológico e inconsciente, que também atravessa o olhar do pesquisador, como já afirmado. Nesse sentido, Lagazzi (1988, p. 51) afirma que na AD [...] não existe o observador, o pesquisador, o cientista neutro, descomprometido de suas crenças. Afirmar o contrário seria o mesmo que colocar o sujeito fora do alcance da ideologia.

[...]”, pois todo discurso é discurso de um sujeito e é atravessado pela ideologia e pelo inconsciente, pelos efeitos da língua, da historicidade, da memória, dos esquecimentos, do acontecimento. O método da AD se distingue, então, por ganhar consistência, conforme Petri (2013), no movimento pendular efetuado pelo sujeito-analista, que desliza entre teoria e análise, ambas se atravessando, ambas se afetando. É, pois, esse movimento, isto é, os conceitos que o sujeito-pesquisador-analista de discurso elenca visando dar conta do seu objeto e a maneira como formula o seu dizer, diante da análise que depreende dos recortes, o que caracteriza o gesto de interpretação-autoria.

Neste gesto, diante de um objeto simbólico que clama por interpretação, o analista delimita o *corpus*, como vimos, já se pautando em princípios teóricos, e, conforme Orlandi (2007c), há uma passagem da superfície linguística, que é o material bruto coletado, para o objeto discursivo, que é constituído em um primeiro tratamento de análise superficial, em que o sujeito-pesquisador-analista de discurso vai de-superficializá-lo. O objeto discursivo, então, resulta do trabalho do analista, daí ser o movimento pendular fundamental na pesquisa em AD, já que o dispositivo analítico se constrói em função do objeto, e este é constituído tendo em vista o dispositivo teórico.

Lagazzi (1998) sublinha que, a partir da de-superficialização do objeto, é possível ao sujeito-pesquisador-analista de discurso chegar ao processo discursivo. Para depreender tal processo, Orlandi (2007c) sinaliza três etapas que consideramos fundamentais para a assunção do gesto de interpretação-autoria, quais sejam: 1^a) o sujeito-pesquisador-analista de discurso busca desfazer a ilusão de que só se poderia dizer algo de uma dada maneira, desnaturalizando a relação palavra-coisa; 2^a) em seguida, ele delinea as FDs que atravessam os recortes discursivos; e, por fim, 3^a) relaciona as FDs com a formação ideológica que determina o dizer. No percurso por essas três etapas, realizamos “[...] nosso gesto arqueológico de relacionar seqüências lingüísticas a uma memória, num ir e vir entre a Formação Discursiva dominante, que foi por nós etiquetada, com outras Formações Discursivas do Interdiscurso. [...]” (MITTMANN, 2007, p. 2). É esse gesto que diferencia radicalmente o gesto de interpretação do sujeito-pesquisador-analista de discurso da interpretação procedida pelo sujeito comum. A assunção da autoria em AD se dá, assim, à medida que se criam efeitos de coerência e coesão para os gestos de interpretação, gestos estes que têm como lugar de materialização a escrita acadêmica.

Considerações finais

No processo de produção da escrita acadêmica, o sujeito-pesquisador-analista, diante de seu objeto de estudo, faz sua entrada trabalhando com a construção de seu dispositivo teórico-metodológico, movimentando-se entre teoria e análise, o que implica o seu gesto de interpretação-autoria. Salientamos que o movimento pendular, característico das análises em AD, baseia-se no fato de que, como aponta Pêcheux (2009a), todo enunciado é linguisticamente descritível como uma série de pontos de deriva possível oferecendo lugar à interpretação.

Embora a interpretação produza um efeito de contorno para um objeto simbólico, o fundador da AD nos lembra ainda que ela é algo da ordem do incontornável e que, por isso, sempre retornará. Assim sendo, podemos associar a opacidade da interpretação com aquilo que é possível a cada analista ler, pela própria incompletude da linguagem. Não é possível dizer tudo sobre uma dada questão, o que se diz é sempre uma possibilidade de leitura, um gesto de interpretação.

Referências

- AUROUX, S. **A revolução tecnológica da gramatização**. Trad. Eni P. Orlandi. 2. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2009.
- BALDINI, L.; ZOPPI-FONTANA, M. G. (2013) A Análise do Discurso no Brasil. **Décalages**, v. 1. ISS 4. Disponível em: <<http://scholar.oxy.edu/decalages/vol1/iss4/22>>. Acesso em: 20 jun.2015.
- FOUCAULT, M. **A Ordem do discurso**. 15. ed. São Paulo: Loyola, 2007.
- LAGAZZI, S. **O desafio de dizer não**. Campinas, SP: Pontes, 1988.
- MALDIDIER, D. (Re)lire Michel Pêcheux aujourd'hui. In: MALDIDIER, D. **L'inquietude du discours**: textes de Michel Pêcheux. Éditions des Cendres, 1990.
- MEDEIROS, V. G. **Dizer de si através do outro**: do heterogêneo no identitário brasileiro. 300f. Tese (Doutorado em Linguística). Instituto de Letras. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2003.
- MITTMANN, S. Discurso e texto: na pista de uma metodologia de análise. In: III Seminário de Estudos em Análise do Discurso, 2007. Anais do II SEAD – seminário de Estudos em Análise do Discurso, Porto Alegre: UFRGS, 2007. Disponível em:

<http://www.ufrgs.br/analisedodiscurso/anaisdosead/2SEAD/SIMPOSIOS/SolangeMittmann.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2015.

ORLANDI, E. P. A leitura proposta e os leitores possíveis. In: ORLANDI, E. P. (Org.). **A leitura e os leitores**. Campinas, SP: Pontes, 1998. P. 7-24.

_____. A Análise de Discurso em suas diferentes tradições intelectuais: O Brasil. In: **I Seminário de Estudos em Análise do Discurso (SEAD)**. Porto Alegre, Anais... Porto Alegre: UFRGS, 2005. Disponível em <<http://www.ufrgs.br/analisedodiscurso/anaisdosead/1SEAD/Conferencias/EniOrlandi.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2015.

_____. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. Campinas: Editora da Unicamp, 2007a.

_____. **Interpretação**: autoria, leituras e efeitos do trabalho simbólico. Campinas: Pontes Editores, 2007b.

_____. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. 7. ed. Campinas, SP: Pontes, 2007c.

_____. Segmentar ou Recortar? In: ORLANDI, E.P. **Linguística**: questões e controvérsias. Série Estudos 10. Curso de Letras do Centro de Ciências Humanas e Letras das Faculdades Integradas de Uberaba. Uberaba: Minas Gerais, 1984.

ORLANDI, E.P.; GUIMARÃES, E. **Produção de um espaço de produção lingüística**: a gramática no Brasil. In: ORLANDI, E.P. (Org). **História das Idéias Lingüísticas**: constituição do saber metalingüístico e constituição da língua nacional. Campinas, SP: Pontes, 2001.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio (1975). 4. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009a.

_____. Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês. In: PÊCHEUX, M. **Semântica e Discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2009b. p. 269-281.

_____. Análise Automática do Discurso (AAD-69). In: GADET, F.; HAK, T. **Por uma Análise Automática do Discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux (pp. 59-158). Campinas: Editora da UNICAMP, 2010a, p. 59-158.

_____. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, E. (Org.) **Gestos de leitura**. 3. ed., Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2010b. p. 49-60.

_____. Especificidade de uma disciplina de interpretação (A AD na França). In: PÊCHEUX, M. **Análise de Discurso**: Michel Pêcheux, textos selecionados por Eni Orlandi. Campinas, SP: Pontes, 2011. p. 227-230.

PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas (1975). In: GADET, F.; HAK, T. (Org.). *Por uma análise automática do discurso*: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993. p. 163-252.

PLON, M. Lacan-Pêcheux, de um discurso outro, o impossível encontro. In: MARIANI, B.; ROMÃO, L.M.S.; MEDEIROS, V. (Orgs). **Dois campos em (des)enlaces**: discursos em Pêcheux e Lacan. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2012. p. 15-29.

PETRI, V. O funcionamento do movimento pendular próprio às análises discursivas na construção do “dispositivo experimental” da AD. In: PETRI, V.; DIAS, C. (Orgs.). **Análise do Discurso em perspectiva**: teoria, método e análise. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2013, p. 39-48.

ROMÃO, L.M.S.; PACÍFICO, S.M.R. A semeadura da palavra: fragmentos de poemas campestinos **Linguagem & Ensino**, Pelotas, v. 8, n.2, p. 121-144. 2005.

SCHERER, A.E.; SOUSA, L.M.A.; MEDEIROS, V.; PETRI, V. O lugar dos estudos franceses na constituição de uma memória da Análise de Discurso no Brasil. **Letras**, Santa Maria, v. 24, n. 48, p. 13-28, jan./jun. 2014.